

## REGIONALIZAÇÃO DE RORAIMA

*Fábio Rodrigues Martinez*<sup>109</sup>

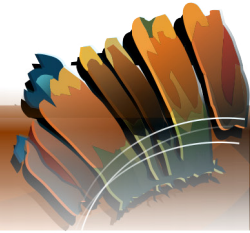
### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo examinar os conceitos de região e mostrar as possibilidades da regionalização enquanto processo de construção de territórios, conceito este de extrema utilidade quando entendido como o processo de transformação de espaços naturais ou geográficos em espaços historicamente construídos, enfeixando a multidimensionalidade característica do fenômeno humano nas suas interações sociais, econômicas, políticas, religiosas e socioambientais. O lócus da análise repousa em Roraima e seus municípios; para tanto foram considerados dez possíveis recortes regionais, a partir da utilização de dados estatísticos oficiais para definir suas fronteiras, determinando como menor unidade da região o território político-administrativo do município.

**Palavras-chave:** Região; Regionalização; Roraima.

---

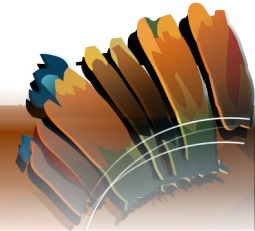
109 Economista (UFRR); Especialista em Controle da Gestão Pública (UFSC); Mestrando em Desenvolvimento Regional da Amazônia (UFRR/NECAR).



## ABSTRACT

This article aims to examine the concepts of area and show the possibilities of regionalization as a process of construction of territories, this concept extremely useful when understood as the process of transformation of natural areas or geographic in areas historically constructed, encompassing the multidimensional characteristic phenomenon of human interactions in their social, economic, political, religious, social and environmental. The locus of analysis rests on Roraima and its municipalities, for both were considered ten possible regional cuttings from the use of official statistics to define its boundaries, determining how the smallest unit of area political-administrative territory of the municipality.

**Keywords:** Region; Regionalization; Roraima.



## CONCEITO E ORIGEM DO TERMO REGIÃO

A denominação região é originária dos tempos do Império Romano, nesta época se utilizavam a palavra *regione* para designar áreas geográficas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Segundo Gomes “alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial” (CUNHA, 2000).

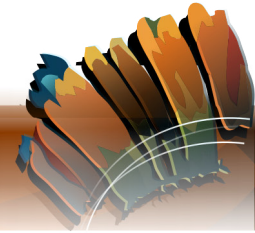
O império Romano passa a ser representado nos mapas dividido por diversas regiões representam a extensão espacial do poder central hegemônico do Império, mas, ainda assim, nessas regiões seus governadores dispunham de alguma autonomia, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma (CUNHA, 2000).

Gomes observa que a origem do entendimento de região refere-se à relação entre centralização, uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido (CUNHA, 2000).

Segundo Cunha (2000), Gomes distinguiu três domínios nos quais a noção de região está presente:

O primeiro é a própria “linguagem cotidiana do senso comum”. Aqui os princípios fundamentais são o de localização e extensão. Emprega-se expressões como “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, ou “a região da cidade X”. Percebe-se que os critérios são diversos, não há precisão nos limites e a escala espacial também varia bastante. O segundo domínio é o administrativo, ou seja, a região é vista como uma unidade administrativa. Sabe-se que desde o fim da Idade Média “as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas”. Nesse caso, a divisão regional é a base para definição e exercício do controle na administração dos Estados e de suas sub-unidades, quando for o caso. É preciso destacar que muitas vezes empresas e instituições (como a Igreja Católica) utilizam os recortes regionais para delimitação de circunscrições hierárquicas administrativas. O terceiro domínio é o das “ciências em geral” nas quais o emprego da noção de região associa-se também a idéia de localização de determinados fenômenos. Aqui, o emprego resguarda a etimologia, pois região é vista como “área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem”





Segundo Oliveira Junior (2009) não existe apenas um conceito de região, ele pode ser definido como uma área do espaço, constituído por um conjunto de lugares fronteiros e semelhantes entre si ou relacionados uns com os outros. Região também pode ser definida como um conjunto de lugares contínuos, semelhantes ou relacionados entre si, seguindo critérios previamente definidos. Outro conceito apresentado por Oliveira Junior, baseado na definição dada por Hartshorne, define região como um espaço que se diferencia de outros espaços, sendo sua área estendida até o alcance dessa diferença.

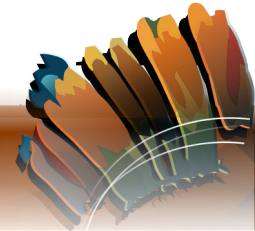
Enriquecendo o conceito sobre região, Haesbaert (1999) faz uma interlocução com os autores clássicos da geografia que tratam sobre região.

Devemos relembrar sobretudo nossos clássicos, responsáveis por uma “paternidade” da região em Geografia, especialmente Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne. Estes autores, em distintas perspectivas, enfatizaram a “diferenciação de áreas” como questão fundamental para o trabalho do geógrafo. Mas enquanto La Blache via a região como “algo vivo”, uma “individualidade” ou mesmo uma “personalidade geográfica”, Hartshorne a encarava como um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador. Já Sauer, com um grau de racionalismo que parece ficar a meio caminho entre La Blache e Hartshorne, buscava na Geografia regional uma “morfologia da paisagem” que não se preocupava apenas com o único, o singular, mas também com a comparação dessas “paisagens individuais”, num “sentido corológico pleno, isto é, a ordenação de paisagens culturais” (HAESBAERT, 1999)

Os autores clássicos analisados por Haesbaert, assim como os conceitos explanados por Oliveira Junior, demonstram a necessidade de que a região seja composta de territórios contíguos, todavia, Hartshorne, segundo Haesbaert (1999), admite a possibilidade de existir regiões fragmentadas ou descontínuas.

A necessidade de se ter regiões exclusivamente formada por territórios contíguos é criticada por Haesbaert (1999), principalmente devido as alterações provocadas pela globalização:

Se antes a região podia ser vista de forma contínua, como unidade espacial não fragmentada, hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes “pontual” da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas. Nesse caso, uma proposta



interessante seria realizar uma “regionalização global em rede”, onde poderíamos distinguir territórios-rede de múltiplos agentes, como os que envolvem as grandes diásporas de imigrantes, os circuitos do narcotráfico, do contrabando, do sistema financeiro, do turismo internacional etc. Eles funcionam integrados ao sistema-mundo mas têm importantes especificidades que permitem uma leitura geográfica particular de suas atuações. Numa outra escala, enfatizando os mesmos processos sociais de nossa proposta conceitual de região (HAESBAERT, 1988), porém assimilando agora o caráter fragmentado dos espaços, elaboramos a noção de rede regional para apreender os múltiplos territórios desenhados pela “rede gaúcha” no interior do Brasil (HAESBAERT, 1999)

## REGIONALIZAÇÃO

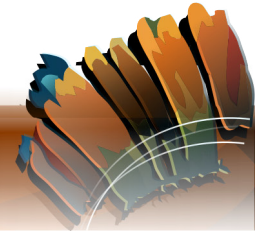
**T**ão complexo quanto uma definição única do conceito de região, é o trabalho de determinação das fronteiras de cada região, ou o da regionalização. Segundo Lins (1993), regionalização é o procedimento técnico utilizado para identificar e delimitar regiões. No entanto, regionalização também pode ser entendida como um processo histórico, social, econômico e geográfico de produção do chamado espaço construído ou ainda, como estratégia de planejamento social e econômico.

Segundo Nali de Jesus de Souza (1981) os critérios para determinação das fronteiras entre as regiões são definidas de acordo com a noção de homogeneidade ou heterogeneidade. Nali cita três modos de regionalização segundo o tipo de região pretendida, a região homogênea, a polarizada e de plano.

As definições das fronteiras das regiões homogêneas se da pelo agrupamento de certo número de unidades locais que apresentem características próximas. Segundo Souza (1981) a variável utilizada para o agrupamento vai depender dos objetivos da regionalização e do tipo de região. “Se o território for ocupado predominantemente pela agricultura, podem ser usados índices indicando a natureza das produções, culturas e tipos de propriedades, ou pode-se usar a hidrografia, o clima e o solo em função de sua homogeneidade”.

A região polarizada, segundo Souza (1981), constitui uma noção mais realista de região, nesta região existe uma cidade central de certo porte, que influencia o seu espaço ao redor. A área de influencia da cidade central definirá o tamanho da região. A determinação das fronteiras desse tipo de região pode ser determinada: “pelo modelo gravitacional derivado da Lei de Reilly, segundo a qual as transações entre duas cidades variarão diretamente com sua masa (população, diversificação econômica) e inversamente com o quadrado da distância que as separa”.



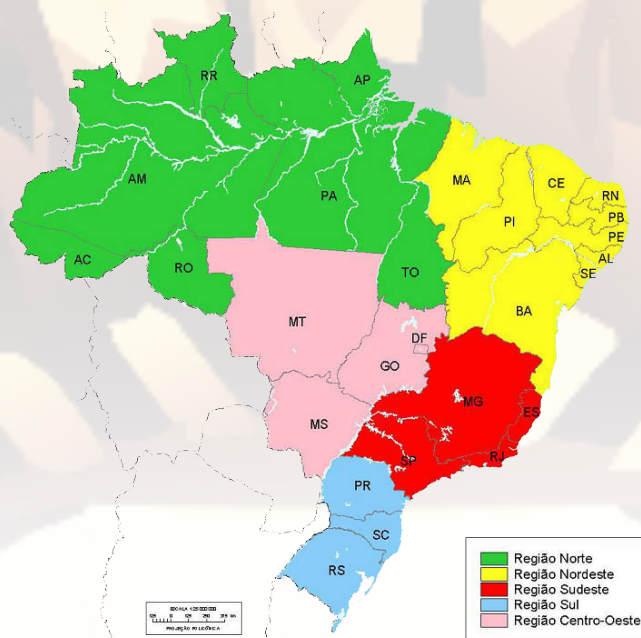


A última região apresentada por Souza (1981) é a Região Plano, neste caso, as fronteiras político-administrativas podem ser definidas por critérios de regionalização das regiões homogêneas ou polarizadas. Nali afirma que em alguns casos a delimitação precisa das fronteiras regionais é muito importante, por exemplo, “uma firma comercial que deseja distribuir no espaço suas filiais ou centrais de distribuição de produtos”.

No Brasil, o trabalho de regionalização oficial está a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desde a década de 1940 ficou responsável, entre outras coisas, de determinar a criação de grandes regiões no Brasil.

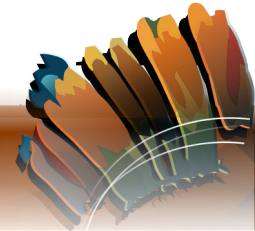
A divisão brasileira atual, em cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) foi elaborada em 1970. A única alteração relevante deste período até presente momento se dá com a criação do estado de Tocantins, se desmembrando do estado de Goiás, passando esse novo estado a pertencer a região Norte, mudando assim de região, pois anteriormente quando pertencia a Goiás, fazia parte da região Centro-Oeste.

Figura 1 – Regiões do Brasil



Fonte: IBGE, 2002.

Em 1990, o IBGE instituiu outras sub-regiões chamadas Mesorregiões Geográficas, estas foram definidas como conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação,



que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990)

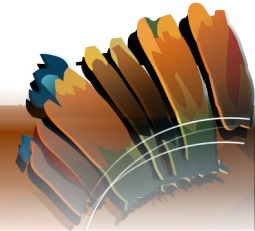
Atualmente existem 127 Mesorregiões Geográficas no Brasil, a unidade da federação com o menor número de Mesorregiões é o Distrito Federal, com apenas uma, e a que com maior número é São Paulo, com 15 Mesorregiões.

No mesmo de criação das Mesorregiões Geográficas, foram delimitadas as Microrregiões Geográficas, sendo elas conjunto de municípios contíguos e

(...) foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (...).

A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 1990).

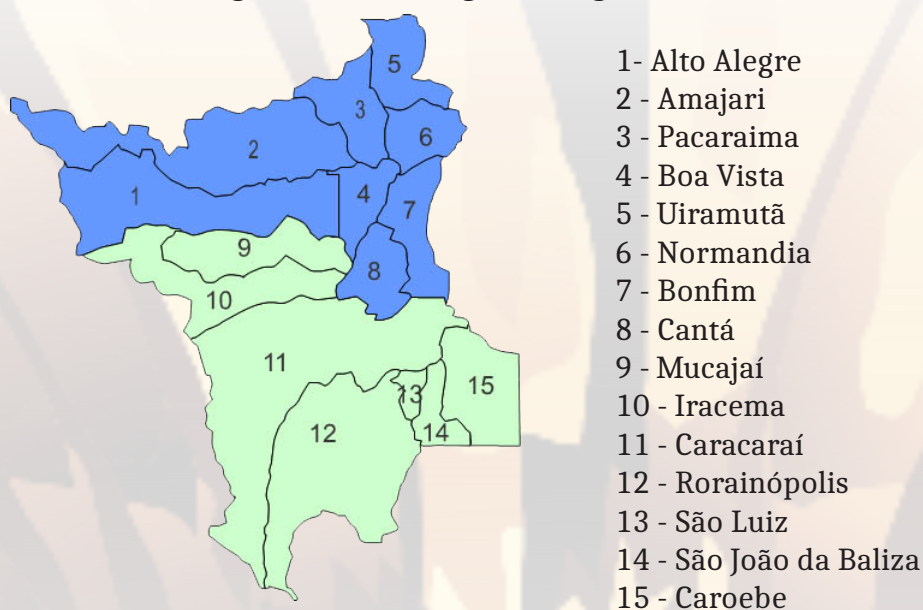
Atualmente existem 558 Microrregiões Geográficas, a unidade da federação com o menor número de Microrregiões é o Distrito Federal, com apenas uma, e a que com maior número é Minas Gerais, com 66 Microrregiões.



## REGIÕES DE RORAIMA

**E**m Roraima, segundo os critérios do IBGE, existem duas Mesorregiões Geográficas: Norte de Roraima e Sul de Roraima. A Mesorregião Norte de Roraima é composta pelos municípios localizados na parte norte do estado: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Pacaraima, Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã. Já a Mesorregião Sul de Roraima forma-se pelos municípios localizados ao sul do estado sendo eles: Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.

Figura 2 – Mesorregiões Geográficas de Roraima



Fonte: Elaboração do autor.

A Mesorregião Geográfica Norte de Roraima se subdivide em duas Microrregiões Geográficas. A primeira microrregião localiza-se a oeste da mesorregião, denominada de Boa Vista, abrangendo os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista e Pacaraima. A segunda microrregião, denomina-se Nordeste de Roraima, e é composta pelos municípios Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã.

A segunda Mesorregião Geográfica de Roraima (Sul de Roraima) também enfeixa duas Microrregiões Geográficas, denominadas Caracaraí e Sudeste de Roraima. A Microrregião Geográfica Caracaraí se localiza a sudoeste do estado, sendo formada pelos municípios de Caracaraí, Iracema e Mucajaí. A Microrregião Geográfica Sudeste de Roraima composta pelos municípios de Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.



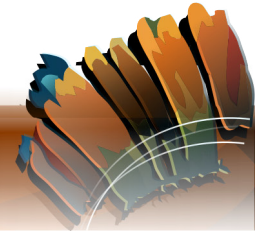
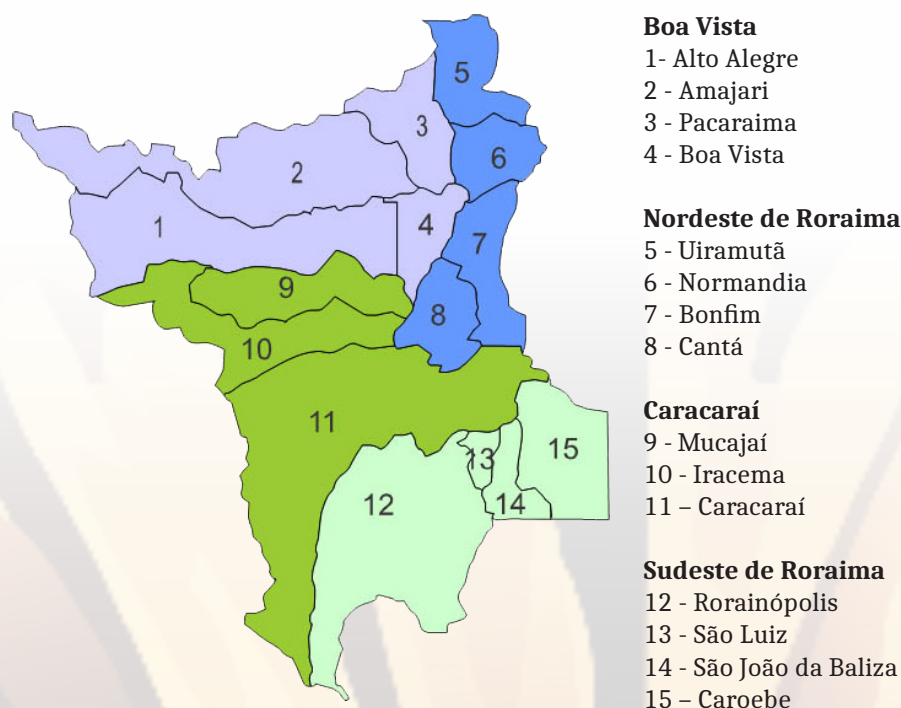


Figura 3 – Microrregiões Geográficas de Roraima



Fonte: Elaboração do autor.

Oficialmente estas são as regiões que compõe o estado de Roraima; no entanto, para a melhor compreensão da realidade socioeconômica de Roraima e de seus municípios pode-se criar regiões não oficiais, porém com caráter explicativo que possa assim ilustrar a realidade socioeconômica de Roraima.

Utilizando dados estatísticos oficiais dos quinze municípios de Roraima, referente a produção agropecuária, renda, tipo de vegetação, religião, raça e características dos domicílios, delimiti dez regiões em Roraima. Sendo que todas essas regiões estão limitadas ao território de Roraima, tendo sua menor parte a unidade administrativa do município, ou seja, não foi subdividido nenhum município.

A primeira região apresentada denomina-se Região do Arroz, para tanto foram utilizados dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 2010, elaborada pelo IBGE. Foram selecionados para compor esta região os municípios cuja produção de arroz no ano de 2010 fosse superior a 5 mil toneladas. Dentro deste parâmetro encontra-se sete municípios, sendo eles: Bonfim (26.752 t), Normandia (18.551 t), Mucajaí (9.629 t), Cantá (7.744 t), Pacaraima (6.832 t), Amajari (5.731 t) e Boa Vista (5.729 t). Estes sete municípios representam 95% da produção de arroz do estado de Roraima no ano de 2010.

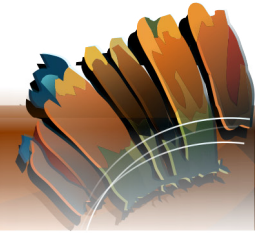
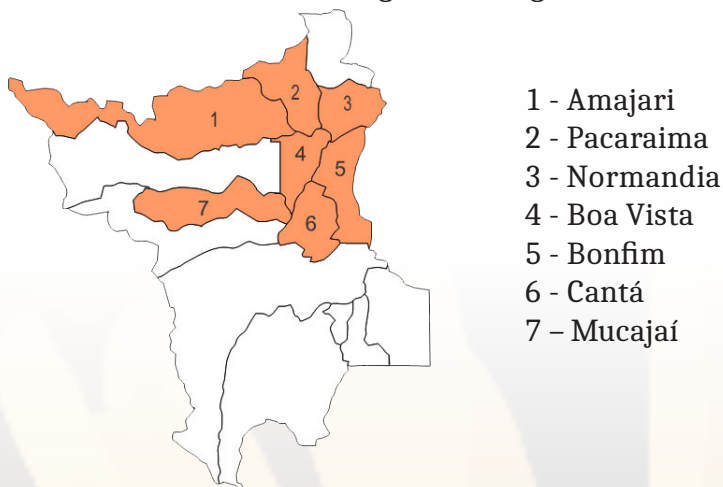


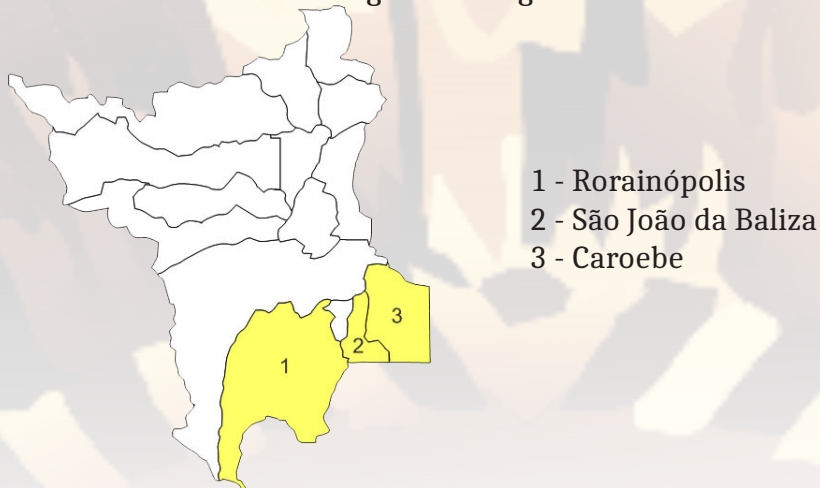
Figura 4 – Região do Arroz



Fonte: Elaboração do autor.

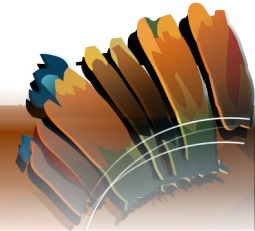
A segunda região também se delimita com base nos dados da PAM 2010, para tanto foram escolhidos os municípios cuja produção de bananas em 2010 fosse superior a 4 mil toneladas, ela foi denominada como Região da Banana e engloba três municípios, Caroebe (20.014 t), Rorainópolis (10.658 t) e São João da Baliza (4.736 t), todos eles localizados na porção sul do estado.

Figura 5 – Região da Banana



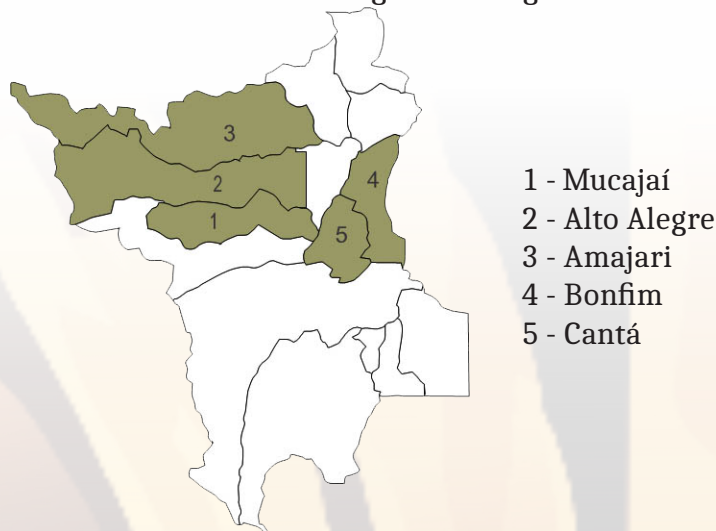
Fonte: Elaboração do autor.

Ainda analisando o setor primário da economia roraimense, delimito a Região Bovina, esta região é composta pelos municípios que possuem um rebanho bovino igual ou superior a 50 mil cabeças de gado, segundo os dados apurados junto a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) de 2010, elaborada pelo IBGE.



Dentro deste critério encontra-se cinco municípios, sendo eles: Alto Alegre ( 79 mil cabeças), Amajari (65 mil cabeças), Cantá (60 mil cabeças), Mucajaí (54,1 mil cabeças) e Bonfim (50 mil cabeças). Os cinco municípios concentram 53% do rebanho bovino do Estado.

Figura 6 – Região Bovina



Fonte: Elaboração do autor.

A última região delimitada através da utilização de dados estatísticos referentes a produção diz respeito à Região da Madeira. Para delimitar esta região foram utilizados dados provenientes da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) referente ao ano de 2010, elaborados pelo IBGE.

Foram selecionados os municípios cuja extração de madeira no ano de 2010 fosse superior a 10 mil m<sup>3</sup>. Dentro deste critério enquadram-se três municípios, Rorainópolis (33 mil m<sup>3</sup>), Cantá (31,5 mil m<sup>3</sup>) e Mucajaí (11,5 mil m<sup>3</sup>).

Nota-se que os territórios destes municípios não são contíguos, pois Rorainópolis não faz fronteira com nenhum dos dois outros municípios, contudo, com base na teoria de Haesbaert (1999) que reconhece a existência de regiões com áreas descontínuas, revela-se viável delimitar a Região da Madeira com uma área descontínua. A propósito, neste trabalho serão apresentadas outras regiões com áreas descontínuas.



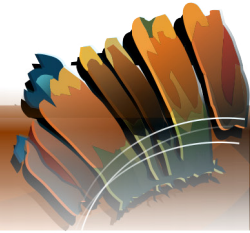
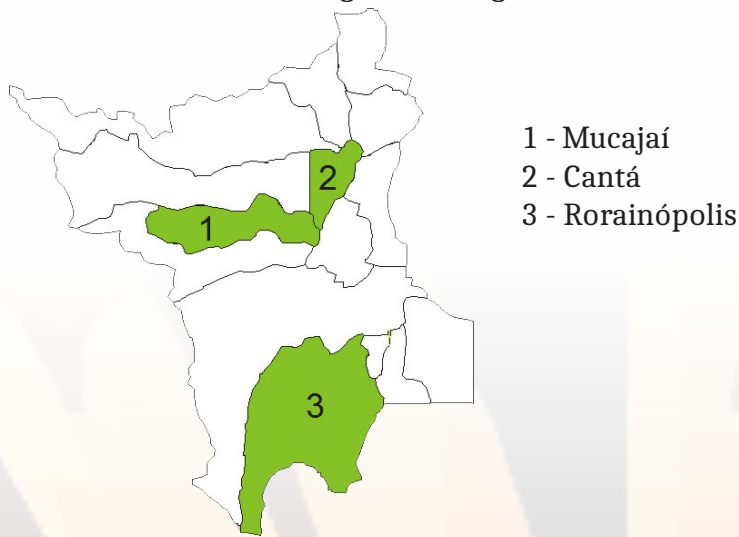


Figura 7 – Região da Madeira

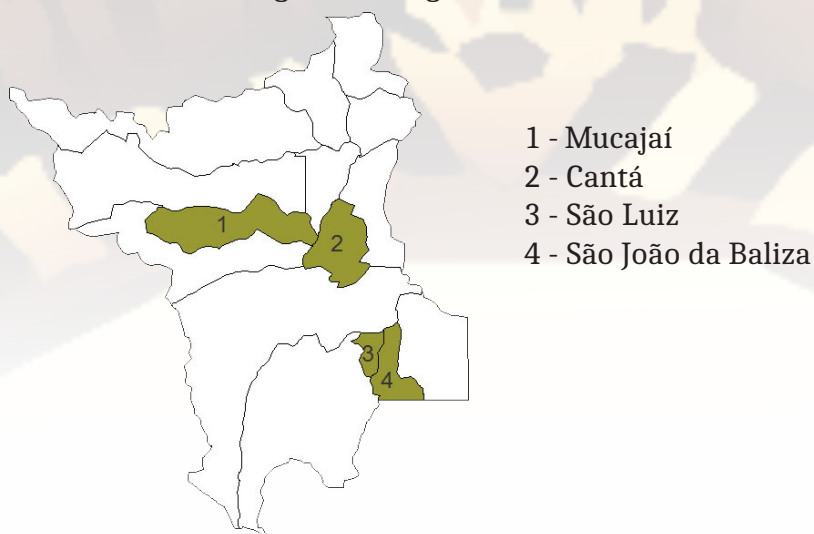


Fonte: Elaboração do autor.

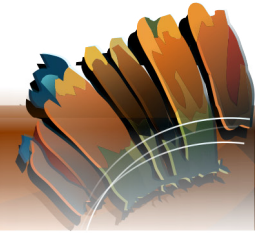
Intimamente ligada a Região da Madeira, esta a Região do Desflorestamento, que é formada pelos municípios cujo território apresenta, até o ano de 2011, uma área de desflorestamento maior que 10%, segundo dados coletados junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através do Projeto PRODES.

Os municípios que formam esta região são: São Luiz (36%), Cantá (19%), Mucajaí (13%) e São João da Baliza (12%). Observa-se que dois dos municípios que compõem a Região do Desflorestamento (Mucajaí e Cantá), também integram a Região da Madeira.

Figura 8 – Região do Desflorestamento

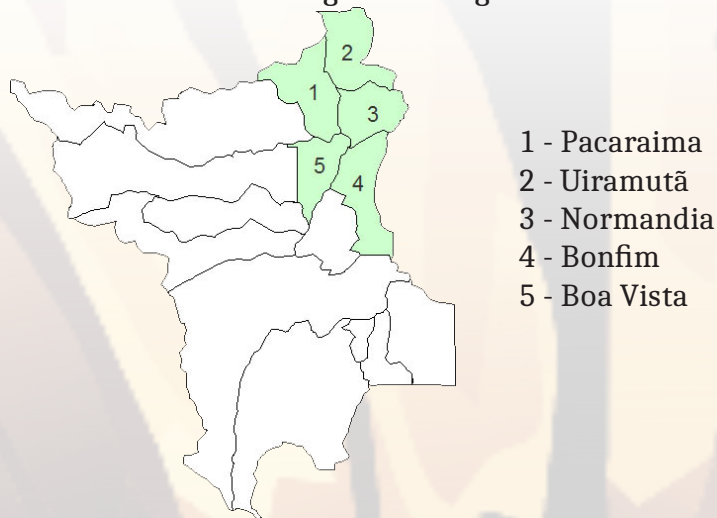


Fonte: Elaboração do autor.



A sexta região apresentada, também se utiliza de aspectos ambientais para elaborar os seus limites, sendo formada pelos municípios cujo tipo de vegetação predominante constitui-se pelo lavrado, para tanto foi utilizado os dados do Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial (CGPTERR) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Planejamento de Roraima (SEPLAN). Ela é nomeada como Região do Lavrado sendo composta pelos municípios de Boa Vista (85%), Normandia (81%), Pacaraima (75%), Uiramutã (69%) e Bonfim (65%), sendo que todos eles encontram-se na porção noroeste de Roraima.

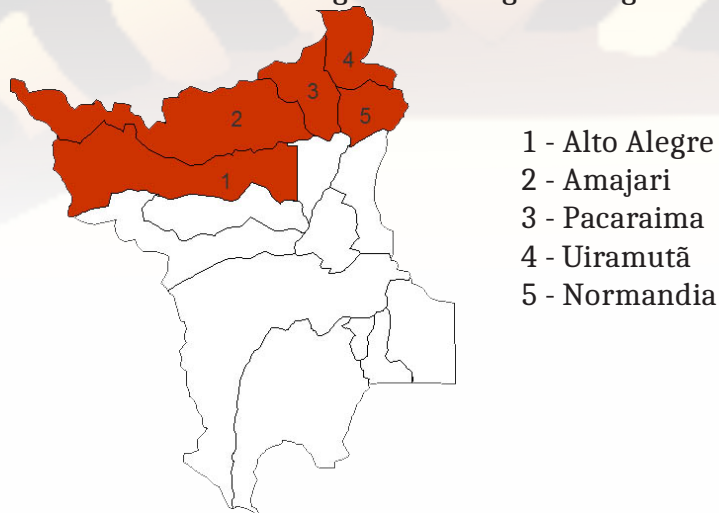
Figura 9 – Região do Lavrado



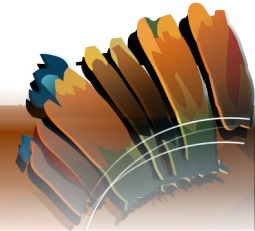
Fonte: Elaboração do autor.

A oitava região apresentada denomina-se Região Indígena, sendo formada pelos municípios que possuem uma população indígena, segundo informações do censo demográfico de 2010, igual ou superior a 46% da população total. Enquadram-se nesta região os municípios: Uiramutã (88%), Normandia (57%), Pacaraima (55%), Amajari (54%) e Alto Alegre (46%).

Figura 10 – Região Indígena

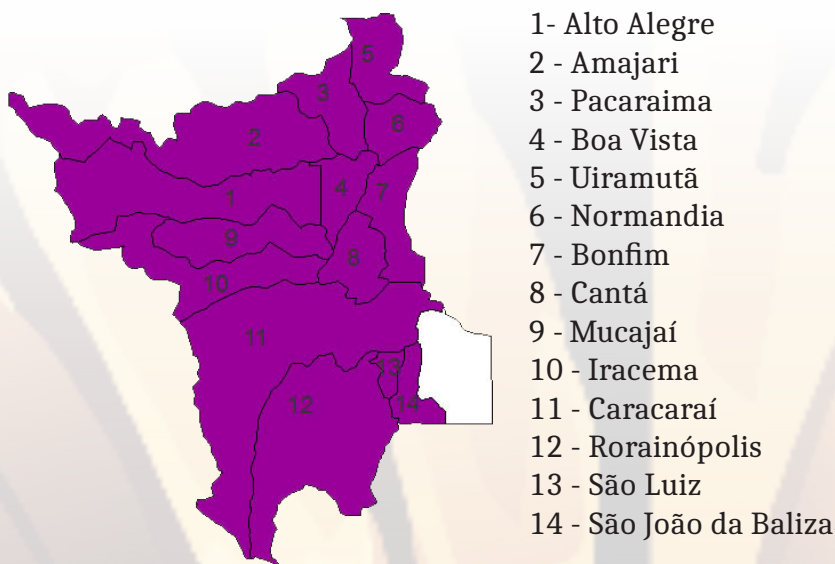


Fonte: Elaboração do autor.



A maior região criada neste trabalho constitui a Região Católica; esta região abrange quatorze dos quinze municípios de Roraima. O único município fora desta região é Caroebe, pois a religião com maior número de praticantes neste município não corresponde à religião católica e sim à evangélica, segundo dados do Censo 2010.

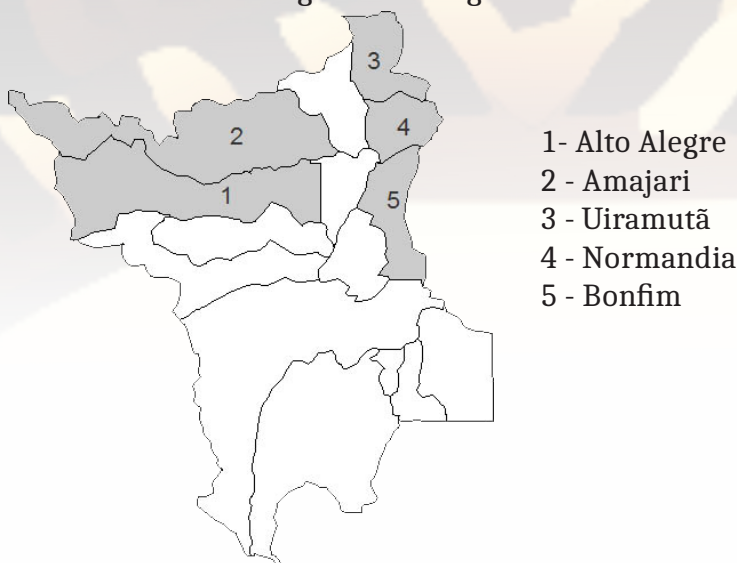
Figura 11 – Região Católica



Fonte: Elaboração do autor.

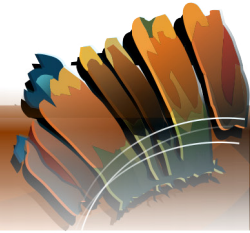
Ainda utilizando dados do Censo 2010, torna-se também factível delimitar a Região da Exclusão Elétrica, nesta região encontra-se os municípios que possuem 25% ou mais de domicílios sem acesso a energia elétrica. Esta região é composta pelos municípios: Uiramutã (71%), Amajari (47%), Alto Alegre (42%), Normandia (38%) e Bonfim (26%).

Figura 12 – Região da Exclusão Elétrica



Fonte: Elaboração do autor.

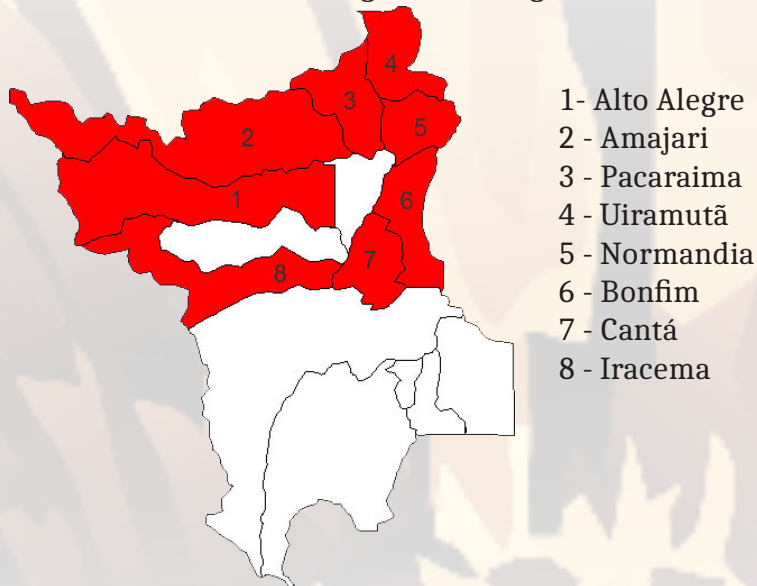




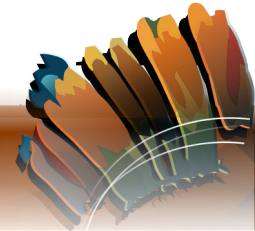
A última região sugerida neste trabalho corresponde à criação da Região da Pobreza. Nela estão inclusos os municípios que possuem 30% ou mais de seus domicílios com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 70,00. Este valor foi utilizado seguindo a metodologia do IBGE que define que um domicílio encontra-se na condição de pobreza quando sua renda per capita é igual ou inferior a R\$ 70,00 por mês.

Engloba esta região oito municípios de Roraima, sendo a maioria localizada na porção norte do Estado, são eles: Uiramutã (63%), Amajari (49%), Alto Alegre (47%), Normandia (41%), Iracema (35%), Bonfim (35%), Cantá (32%) e Pacaraima (31%). Foram utilizados os dados do Censo 2010. Domicílios que declaram que não possuíam renda, também se enquadram dentro da linha de pobreza aqui apresentada.

Figura 13 – Região da Pobreza



Fonte: Elaboração do autor.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

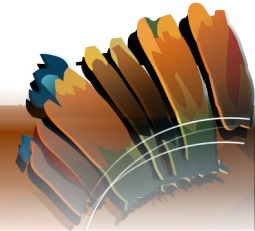
Observa-se que o processo de regionalização de um território, nos permite analisar e distinguir de forma mais clara as peculiaridades e semelhanças que fazem com que espaços sejam próximos ou distintos em alguns aspectos.

Em relação às semelhanças nota-se que os municípios do nordeste de Roraima se assemelham em vários aspectos, praticamente todos eles se enquadram nas regiões do Arroz, do Lavrado, Indígena, da Exclusão Elétrica e da Pobreza.

Outras semelhanças que se pode constatar, diz respeito à comparação entre a Região da Exclusão Elétrica e a Região da Pobreza. Nota-se que os cinco municípios que compõem a Região da Exclusão Elétrica, também fazem parte da Região da Pobreza, mostrando que há uma relação no estado de Roraima entre exclusão elétrica e pobreza.

Além de mostrar as semelhanças, as regiões criadas mostram as diferenças dentro do estado de Roraima. Observa-se que existe diferença, tanto na parte econômica quanto social, dos municípios localizados na parte sul do estado, tendo como limite o município de Caracará, e dos municípios localizados ao norte.

São poucas as regiões que foram criadas com a presença de municípios de ambas as regiões (norte e sul), excetuando a Região Católica, constituída por praticamente todos os municípios de Roraima. Finalmente constata-se que apenas as regiões da Madeira e do Desflorestamento contam com a presença de municípios do sul e do centro de Roraima.



## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o Conceito de Região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, inverno 2000.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990, 132 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2002, 35 p.

LINS, Carlos José Caldas. Região e Regionalização. **Notas e Comunicações de Geografia**, Recife, série B, Textos Didáticos, nº 12, 3ª edição. Recife: UFPE, 2003. 55 p.

OLIVEIRA JR, Antonio de. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, Luís E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. P. 41-77.

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, ano 16, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.